

## O CÂNONE LITERÁRIO NOS MATERIAS DIDÁTICOS DO ENSINO MÉDIO

FRANCO, Sandra Aparecida Pires-PDE-UEM<sup>1</sup>

**RESUMO:** Objetiva-se neste artigo verificar de que forma o cânone literário se apresenta em materiais didáticos. Para isso, será delimitado somente um escritor e uma época literária: o árcaide Tomás Antônio Gonzaga, sua vida e obras.

**Palavras-chave:** cânone literário; historiografia literária; material didático.

**ABSTRACT:** This article aims to verify what form the literary canon is presented in didactical materials, being delimited for that only one writer and one literary period: the Arcadian Tomás Antônio Gonzaga, his life and work.

**Key-words:** Literary canon; literary historiography; didactical material.

### Introdução

O propósito principal deste artigo é o de verificar se o que está estabelecido no cânone literário apresenta-se da mesma forma nos materiais didáticos. Para isso, será delimitado somente um escritor e uma época literária: o árcaide Tomás Antônio Gonzaga, sua vida e obras.

Essa delimitação foi estabelecida devido a uma pesquisa já iniciada no período do doutorado acerca do ideário gonzaguiano na obra *Tratado de Direito Natural* (1768) de Tomás Antônio Gonzaga (1744-1810), o que conseqüentemente propiciará um aprofundamento maior, que será o de vincular as leituras já feitas, ao trabalho prático de sala de aula nos livros didáticos do Ensino Médio, incentivo propiciado pelo programa desenvolvido pelo Governo do Estado - PDE.

---

<sup>1</sup> Professora PDE Titulada, Graduação em Letras, Mestre em Educação pela UEM e Doutorando em Letras pela UEL. E-mail [sandrafranco@astornet.com.br](mailto:sandrafranco@astornet.com.br)

Antes de qualquer reflexão acerca da História Literária Brasileira, é preciso conceituar História e Literatura. A História geralmente é estudada como progressiva, ocorrendo relações de causa e de efeito, sempre relatada pelo subjetivo que escreve, ou seja, a verdade dos fatos para o homem que a constrói. Devemos salientar que o ponto de vista daquele que escreve sempre refletirá seu estrato social.

Podemos perceber que a História não se altera, somente se revisa. E quem poderia, nessa sociedade, fixar essa História? É claro que a escola é uma das instituições que ajuda a definir a sacralização da História. Só que, infelizmente, ela apenas repete as verdades, não possibilitando ao aluno uma reflexão.

Existem vários textos que poderão nos ajudar a solucionar o nosso propósito principal nesta discussão entre história e literatura. Para tanto vamos relembra os principais críticos literários no Brasil.

Para melhor entendimento desse artigo, torna-se importante verificar o conceito de cânone. A palavra cânone pode significar relação ou catálogo importante, pois que definido por autoridade reconhecida, assim, cânone literário implica um conjunto de obras valorizadas por uma característica qualquer.

O que se verifica é que no cânone literário somente são privilegiados os textos considerados clássicos, pois são ignorados os textos que não se enquadram em sua época e nos critérios estabelecidos. Verifica-se que a história literária está diretamente ligada a um valor estético e a uma relação das obras com o contexto histórico-social e cultural. A sociedade conservadora ou preservadora estabelece a autenticidade da obra e a obra mais jovem dificilmente consegue substituí-la, pois o cânone é selecionado a partir de um corpus maior, por críticos que detêm a autoridade da seleção.

A historiografia literária tende a consolidar modelos de interpretação segundo interesses de oligarquias. Toda a interpretação que postule algo diverso do cânone, como o de uma minoria étnica, de uma periferia, de uma classe social não-dominante, tende a ser excluída, por ser minorizada quanto à capacidade de formular conteúdos que reforcem os valores dominantes.

O Cânone brasileiro foi criado a partir da primeira metade do século XIX, quando alguns autores escreviam bosquejos, florilégios, além de antologias, mais tarde biografias e edições de obras, sendo influenciada pela crítica romântica europeia visando à configuração de uma literatura nacional.

O papel do crítico é fundamental, tendo em vista que são eles quem definem o que é ou não canônico. Esta definição está envolta em um contexto histórico e por jogos de interesse e de poder. A crítica literária se une à história literária e torna possível uma visualização do conjunto da produção estética de cada época, já que o crítico realiza a função de mapear autores e obras, estabelecendo, inclusive o cânone literário do país, a partir de certos paradigmas.

### **Historiografia literária no Brasil**

Introduzir as obras de História da Literatura Portuguesa, sem citar a obra *Introduction sur la littérature portugaise, avec des notes historiques, géographiques et littéraires* de A. M. Sané de 1808, é impossível, pois se trata de uma obra que apresenta um panorama da história de Portugal elegendo as mais representativas obras literárias portuguesas, selecionando os monumentos literários, ou seja, os textos que, segundo seus critérios, consistiam em verificar quais obras se aproximavam dos modelos clássicos.

Devemos observar que, em 1826, as histórias literárias foram influenciadas por duas obras: *Bosquejo da História da Poesia e Língua Portuguesa*, de Almeida Garrett, e *Resume de l'histoire littéraire du Portugal, suivi du Resume de l'histoire littéraire du Brésil*, de Ferdinand Denis. Na primeira, o autor seguiu a sistemática de ordenar cronologicamente nomes e obras, delimitando-os em épocas marcadas por fatos histórico-políticos, embora sem relacioná-los aos fatos sociais. Garrett destaca o nativismo, sentimento (pré)nacional em suas apreciações. No seu

Bosquejo comparecem Cláudio Manuel da Costa, Santa Rita Durão, Basílio da Gama e Tomás Antonio Gonzaga.

Percebemos na obra de Ferdinand Denis uma iniciativa de selecionar obras significativas na produção literária portuguesa, mas o que se observa é que suas escolhas acabam sendo as mesmas de Bouterwek e Sismondi<sup>2</sup>, pioneiros nesta atividade de seleção de obras canônicas, o que evidencia a existência da tradição crítica na escolha dos textos que deveriam comparecer em uma história literária. Um dado importante na obra de Ferdinand Denis é o de ter mostrado a construção de uma matéria específica, a literatura. Outro aspecto a considerar é o de que a obra de Ferdinand Denis é o primeiro estudo a evidenciar a singularidade da Literatura Brasileira, nela aparecendo pela primeira vez a defesa da autonomia. Ele define como critério de diferenciação de nossa produção em relação à Europa, a natureza grandiosa e o indianismo, defendendo o critério espacial como natureza, hábitos, tradições e grupos étnicos. Podemos notar que Ferdinand Denis citou Bento Teixeira, Botelho de Oliveira, Cláudio Manuel da Costa, Antonio José da Silva, Santa Rita Durão, Basílio da Gama, Gonzaga e Souza Caldas. Mencionou ainda as *Metamorfoses do Brasil*, de Cruz e Silva, nascido em Portugal, como também era o caso de Bento Teixeira e Gonzaga.

Verifica-se por meio desta apresentação de obras pioneiras, a presença de autores brasileiros, consolidando-se assim a Literatura Brasileira, principalmente pelo fato de os autores citados apresentarem um projeto nacional e de

---

<sup>2</sup> Diz-se que Bouterwek e Sismondi foram de grande importância tanto para os românticos quanto para os posteriores devido a construção pelos românticos de uma história imemorial da nacionalidade. Os sentimentos dominantes na literatura serão, portanto o nacionalismo, o indianismo e o cristianismo, pois este foi o ideal que dirigiu a nossa colonização. À medida que a autonomia literária crescia, a nacionalidade dava aos escritores liberdade e estímulo para uma criação diferente da européia, valorizando assim a capacidade criadora individual na busca de uma estética que representasse o pensamento artístico de uma nação recém-independente. Havia, pois, no âmago da nacionalidade, a busca pela auto-expressão. O que vinha se formando há séculos foi importante, porém, as condições por que passava o país eram propícias para o salto qualitativo e quantitativo da produção literária. Foi no Romantismo que o nativismo se transformou em nacionalismo consciente. Disponível em: <http://recantodasletras.uol.com.br/ensaios/380085>. Acesso em: 18/04/2008.

ordenamento social e político da nação na fase pós-independência. Até aquele momento, apenas Sismondi e Bourterwek tinham registrado a produção, que era tida como de autores brasileiros vistos como integrantes da literatura de Portugal. Em 1829, é publicado o *Parnaso Brasileiro*, uma antologia das produções poéticas brasileiras, de Januário da Cunha Barbosa, a que se segue a publicação de bosquejos e florilégios, dentre outras formas de registro, que começam a surgir na jovem nação, incluindo fundação de sociedades, revistas e jornais, que iriam compor o projeto de nacionalidade da Literatura Brasileira. Deste modo, estas fontes demonstram uma visão dos escritores brasileiros, apesar de que o padrão de referência ainda fosse o de autores estrangeiros.

Torna-se importante visualizarmos quais são as histórias literárias brasileiras que temos. São elas: *Ensaio sobre a Literatura no Brasil*, de Domingos José Gonçalves de Magalhães; *Bosquejo da história da poesia brasileira*, de Joaquim Norberto de Sousa e Silva de 1841; *Da nacionalidade da Literatura Brasileira*, de Santiago Nunes Ribeiro de 1843; *Histoire de la litterature bresiliene*, de Ferdinand Wolf de 1863; *Resumo da história literária*, de Fernandes Pinheiro de 1872; *História da Literatura Brasileira*, de Sílvio Romero de 1888; *História da Literatura Brasileira*, de José Veríssimo de 1916; *Pequena História da literatura* de Ronald de Carvalho de 1919; *História da Literatura Brasileira*, de Arthur Motta de 1930; *Noções de história da Literatura Brasileira*, de Afrânio Peixoto de 1931; *História da Literatura Brasileira: seus fundamentos econômicos*, de Nelson Werneck Sodré de 1938; *A Literatura no Brasil*, de Afrânio Coutinho de 1955; *História da Literatura Brasileira*, de Antônio Soares Amora de 1955; *Formação da Literatura Brasileira*, de Antonio Candido de 1959; *História Concisa da Literatura Brasileira*, de Alfredo Bosi de 1970 e *História da Literatura Brasileira*, de Luciana Stegagno Picchio de 1997.

Nestas histórias literárias, o que percebemos é que, de forma bastante sutil, há algumas apresentações dos autores estabelecidos canonicamente com suas

obras mais divulgadas. Poucos são os historiadores literários que apresentam todas as obras de todos os autores.

Sendo assim, verificamos que o cânone apresenta o que interessa à classe dominante do sistema, fora desse contexto, a obra não tem existência. Se um autor serve às necessidades do sistema, ele é escolhido; senão, não. Seria interessante, pois, constituir um cânone alternativo que pudesse abarcar obras esquecidas e rastreasse novas fontes da literatura brasileira, tomando o cuidado para não se estabelecer um outro cânone.

Assim, as histórias literárias tendem a consolidar as interpretações segundo interesses dos mais poderosos, pertencentes à classe dominante da sociedade, estabelecendo o cânone. Toda a interpretação que não está no Cânone tende a ser ignorada, excluída.

A história literária estabeleceu alguns padrões que devem ser seguidos pelos escritores para que estes possam se incorporar ao cânone. Um dado importante é o de que não podemos ficar presos apenas ao lado documental, precisamos analisar o lado artístico, senão caímos no registro do que foi escrito ou não na época. É claro que o contexto é importante, mas também não podemos julgar só por ele.

Precisamos esclarecer que existem várias histórias: a do conhecimento científico, a história da recepção, com testemunhos de leitura e crítica da época; a história da leitura, com testemunhos, como se agia, com volumes de venda e relato de leitores; a história do desenvolvimento artístico, preocupando-se com o gênero; a história da utilidade contemporânea, segundo a qual devemos nos preocupar com o que devemos procurar nessas obras e a história de ideias de valor que acaba fundada numa estética subjetiva.

Segundo Corrêa (1996), o Romantismo estabeleceu algumas ideias relacionadas à pátria e suas manifestações em relação à literatura. Datam, desse período, o estudo da definição de literaturas nacionais e o caso brasileiro não foi exceção. O autor deu destaque à literatura brasileira que foi objeto de estudos, inicialmente, de estrangeiros, que influenciaram a postura dos literatos locais.

Chegaram até a elaborar esquemas de organização da literatura brasileira válidos até hoje.

Para Coutinho (1996), a Literatura Comparada nos anos 70 teve considerável transformação e vários debates. Alguns dizem que a Literatura Comparada é o estudo da literatura e que não se deve deixar afetar por circunstâncias econômicas, sociais e políticas. Para o autor, é impossível estudar literatura sem a política e termina seu texto dizendo que a Literatura Comparada tem uma possibilidade enorme de pesquisas, podendo ser muito explorada.

Segundo Lima (1996), o Estado-nação exhibe seus escritores. É uma das tarefas do estado a propagação da literatura enquanto nacional. Quanto à América Latina, esse aspecto é interessante, por uma série de razões: a) a literatura introduzida na América Hispânica e Portuguesa foi o romantismo normalizado; b) a literatura estava preocupada em exprimir um estado nacional, talvez pela nossa autonomia política; c) a literatura que fosse descritiva, realista e sentimental e altissonante, era valorizada; d) como também na Europa do século XIX, o texto literário rompia o intercâmbio com a filosofia, privilegiando a história e a sociologia nascente; e) descritivismo resultante na história literária e se associando ao evolucionismo que reforçam as visões homogêneas da cultura; f) a boa literatura era aquela que, conforme ao padrão descritivo-realista, se revelasse acessível a interpretações alegorizantes – obra como ilustração de um estado de coisas.

Segundo Lima (1996), estas são as linhas básicas do quadro histórico que devemos repensar. Para o autor, hoje, o casamento entre Estado nacional e a literatura não existe mais. Lima nos diz que é preciso uma reflexão, uma nova maneira de estudar a literatura, pois continuamos vocacionados para uma literatura nacional, importando-nos sempre com valores que nos tornem grandiosos.

## Valores e pressupostos da seleção canônica

Outro conceito que deve ser discutido por nós neste texto é o valor e o uso do cânone. Sabemos que o Estado detém o poder e a religião mascara o interesse econômico ou ideológico da nação. É preciso que haja, então, uma identidade nacional, pois sempre recebemos influências européias e temos consciência disto. Sabemos que há outros elementos para que possamos construir uma literatura nacional brasileira sem resquícios europeus.

Infelizmente, temos o conceito de que literário deve ser escrito, logo, a verdade deve ser escrita, só é verdade o que é escrito. As estruturas sociais estabelecem verdades para a compreensão do que são valores e essas verdades absolutas, que estão presentes no cânone devem ser aceitas, não sendo possível mudá-las. Por isso, a escola é o local da padronização e por que não dizer da banalização. Sabemos que não se ensina como ler, não se ensina a transgressão, e muito menos formam-se leitores.

Entra, então, em questão o crítico literário que é o revelador, escrevendo e determinando a história literária, porém existem decisões que ultrapassam o papel do crítico, como o mercado, por exemplo.

Na Idade Média, por exemplo, o latim era o meio de seleção do cânone nacional. A perspectiva geográfica incorpora ao cânone todos os autores que nasceram ou viveram numa determinada região. As nacionalidades se diferenciam através da língua, ambiente físico, modo de educação, mescla-se ou não com outras culturas, tradição e hereditariedades. Para Taine a literatura nacional é produto de um meio, uma raça e um momento; Marx e Engels introduziram o elemento econômico nos fatores determinantes. Nessa perspectiva, há de se ver as relações econômicas de nações diferentes, na medida em que tais estruturas são refletidas na literatura; Tolstoi implica na identificação, observações e análise dos problemas sociais enfrentados pelo grupo, o que torna essa produção literária um instrumento didático, o que torna a obra micro-localizada e de intenção concentrada na transformação do processo social. Há uma interação entre leitor e

obra, havendo uma concreta e imediata percepção da realidade. A intervenção do governo na literatura constituiu na categorização do cânone literário russo; Antonio Gramsci preocupa-se em caracterizar a literatura nacional como popular. O poeta tem valor por aquilo que apresenta de diferente à tradição anterior. Uma obra, desde que nova, modifica uma ordem anterior, um cânone.

Assim, verificamos que conforme a cultura e o momento histórico, surgem diferentes critérios de seleção dos textos que podem figurar no cânone.

Podemos, assim, concluir que conceitos de História, Literatura Nacional e Cânone são conceitos que precisam ser problematizados por pesquisadores, procurando saber como acontece a seleção de uma obra, quais os critérios estabelecidos, verificando se há ou não a necessidade da história, o que a nosso ver será estabelecido segundo a perspectiva desse pesquisador e/ou crítico literário, delimitado pela tendência pessoal e época de produção.

### **O Cânone literário e o ensino de literatura**

O objetivo deste artigo é o de estudar as razões da prevalência do cânone no estudo da literatura na escola, a fim de repensar o estudo dos textos canônicos. Desta forma, fez-se necessário verificar o conceito da palavra cânone, como expusemos anteriormente. Percebemos que há uma ideologia de poder muito forte e estabelecida em todas as épocas históricas e uma classe dominante que delimita o que deve se sobressair e o que deve ser excluído.

A idéia central é o de estudar o cânone, uma preocupação que deve ser freqüentemente discutida pelos professores, uma vez que muitos apenas se mantêm ensinando o que o livro didático veicula como correto. É preciso que os professores busquem estudar sobre cânone para que possam ensinar textos literários nunca divulgados como também os contemporâneos, não ficando presos somente ao que está estabelecido, pois se continuarem lecionando somente o que os livros didáticos apresentam, a escola será o espaço apropriado para que

história literária se fortaleça, transformando-se em uma espécie de patrocinadora e divulgadora dos paradigmas por ela criados. Vale ressaltar que esta associação entre história literária e escola, data do século XIX e permanece até hoje.

O que percebemos com relação à literatura na escola é que ela é didatizada, pedagogizada, escolarizada. Desse processo, decorre que muitos professores sentem dificuldade de trabalhar com textos literários na escola, de promover a leitura de livros, de contribuir para formar verdadeiros leitores, principalmente em razão de não terem teorias claras nas quais podem se embasar. Ao invés de aproximação e identificação com a leitura literária, vê-se que o acesso a ela leva os alunos a não gostarem de ler e muito menos entender o conteúdo de literatura apresentada.

Diante dessa problematização, precisamos retornar um pouco à fase inicial da escolarização de nossas crianças. Infelizmente, no Brasil o conceito de alfabetização e letramento tomaram rumos diversos dos países como os EUA, França e Inglaterra.

Nos países desenvolvidos foi percebido que a população, embora alfabetizada, não dominava as habilidades de leitura e de escrita necessárias para uma participação efetiva e competente nas práticas sociais e profissionais que envolvessem a língua escrita.

Na França, segundo Soares (2003), a palavra letramento surgiu para caracterizar jovens e adultos da classe mais desfavorecida que revelavam precário domínio das competências de leitura e de escrita, dificultando sua inserção no mundo social e no mundo do trabalho.

No Brasil, o despertar já foi em direção contrária. O letramento deu-se vinculado à aprendizagem inicial da escrita, desenvolvendo-se a partir de um questionamento do conceito de alfabetização. Ambos se mesclaram, se confundiram. Para Soares (2003), parece haver, nesse contexto, uma perda do processo de alfabetização, talvez seja o fato de haver o fracasso na aprendizagem como mencionamos.

No entanto, para compreendermos melhor o que está estabelecido como cânone, torna-se importante discutir o conceito de letramento, para que não o confundamos com a alfabetização. Kleiman em seu texto define letramento como: “um conjunto de práticas sociais que usam a escrita enquanto sistema simbólico e enquanto tecnologia, em contextos específicos, para objetivos específicos”(SCRIBER e COLE 1981 apud KLEIMAN 2004:19).

Sabendo-se desse conceito, o que verificamos é que a escola preocupa-se, não com o letramento, prática social, e sim com apenas um tipo de letramento que é a alfabetização, o processo de aquisição de códigos. Devemos ressaltar que a alfabetização está pressuposta no letramento, não são independentes, mas são interdependentes, pois a alfabetização desenvolve-se no contexto de e por meio de práticas sociais de leitura e de escrita, isto é, através de atividades de letramento e esse só se faz em dependência com o desenvolvimento das relações fonema-grafema, da alfabetização.

Para seguirmos nossa discussão, vale salientar as duas concepções expostas por Kleiman acerca do letramento. A autora delimita a existência do modelo autônomo e do modelo ideológico.

O modelo autônomo pressupõe somente uma maneira de o letramento ser desenvolvido e o modelo ideológico que afirma que as práticas de letramento são sociais e culturalmente determinadas e que os significados que a escrita assume para um grupo social dependem dos diferentes contextos em que foi adquirida.

Sabendo-se dessa divergência, perceberemos que o modelo autônomo é o que prevalece nas instituições escolares. Nessa concepção, o que é pré-estabelecido não sofre alterações desde o antepassado, mesmo com a massificação da escola.

Segundo Kleiman, o modelo autônomo é o que apresenta “um produto completo em si mesmo, sem nenhuma ligação com o contexto de sua produção para ser interpretação”(KLEIMAN 2004:22). O que interessa é o texto em si, sem preocupação com o interlocutor.

O modelo ideológico procura demonstrar que a cultura não é o único âmbito de reflexão, mas sim que as estruturas de poder numa sociedade devem ser analisadas.

Para tanto, debruçar-nos-emos na análise da vida e obra de um único escritor, no caso, o de Tomás Antônio Gonzaga, autor escolhido por nós por uma questão de delimitação, já que por meio da análise do caso desse autor poderemos problematizar a temática do Cânone Literário e Escola.

Salientamos que, infelizmente, quanto mais se desenvolve a divisão do trabalho, mais o conhecimento cultural fica distante de estratos sociais menos privilegiados, o que nos leva a perceber que se a escola é aquela que apresenta somente o modelo autônomo, logo o conhecimento não será adequado para todos, diante dessa desigualdade social que se alastra no sistema capitalista.

Sabemos muito bem que, além de a escola não saber como adequar sua forma de ensinar, as relações de poder existentes nela somente aumentarão essa restrição social do conhecimento.

Resta-nos, então, discutir após essa pesquisa se o modelo ideológico prevalecerá na escola e se os professores estão conscientes de sua prática, repensando a função dos textos canônicos presentes nos livros didáticos.

Na busca de uma resposta sobre essa problemática, foi investigado nos livros didáticos, quais obras do autor Tomás Antônio Gonzaga são apresentadas nos livros didáticos. Fizemos um levantamento, vinculado ao Projeto Político Pedagógico de uma escola<sup>3</sup>, repensando a canonização. Analisamos o autor Tomás Antônio Gonzaga e como ele é apresentado em três livros didáticos consagrados pelos professores do Ensino Médio.

O primeiro deles é o livro didático *Língua e Literatura* de Carlos Emílio Faraco e Francisco Marto Moura da Editora Ática de 1998. O livro apresenta em um volume único uma síntese das concepções de Língua e Literatura para se

---

<sup>3</sup> Trata-se de um Colégio Estadual que reformulou o seu Projeto Político Pedagógico orientado pelas novas Diretrizes Curriculares do estado do Paraná, mas mesmo assim, apresenta nas atividades práticas, por parte dos professores, uma idéia conservadora. Sendo assim o programa do PDE está possibilitando a esses professores a Formação Continuada.

trabalhar com alunos do Ensino Médio (1º, 2º e 3º anos). Quanto à história da literatura, os autores partem do conceito de estilo de época para estudar cada movimento no contexto em que predominou e propõem em cada unidade o estudo de textos para que o aluno possa desenvolver o espírito crítico em relação à literatura. A gramática parte de textos de natureza diversa, desenvolvendo a teoria e os exercícios de maneira gradativa para garantir a fixação dos conteúdos e a redação apresenta a teoria básica da narração, descrição e dissertação. Durante a análise esse livro será nomeada LD1.

O segundo livro didático é *Português - Novas palavras: Literatura, gramática, redação* escrito pelos autores: Mauro Ferreira, Ricardo Leite, Emília Amaral e Severino Antônio da Editora FTD, editado no ano de 2000. trata-se de um único volume que atende aos conteúdos do Ensino Médio (1º, 2º e 3º Anos). O livro, segundo os autores, aprofunda o conhecimento acerca das linguagens, de seus sistemas e dos diversos usos a que se destinam. Inicia-se com um roteiro da literatura portuguesa e brasileira a partir de exercícios de compreensão e interpretação que permitem identificar a natureza, as especificidades e os traços essenciais dos diversos estilos literários que se sucedem desde o século XII, em Portugal, e desde o XVI, no Brasil. Procura examinar os textos mais importantes de cada período no contexto histórico em que surgiram e verificar como vêm sendo lidos desde então, para perceber o diálogo que cada uma dessas manifestações da linguagem estabelece com a atualidade. Apresenta também a gramática com exposições teóricas de cada assunto e um conjunto de experiências de redação. Durante a análise será nomeado LD2.

O terceiro livro é *Gramática, Literatura e Redação* para o Ensino Médio de Ernani Terra e José de Nicola da Editora Scipione, editado em 1997. O livro apresenta a literatura brasileira em seus estilos de época e seus autores mais representativos desde o Quinhentismo e suas crônicas de viagens até as produções contemporâneas. Apresenta também a redação nas composições tradicionais e técnicas. A gramática é apresentada por meio de textos

contemporâneos, letras de música popular brasileira e textos jornalísticos. Durante a análise será nomeado LD3.

Nesses livros didáticos observamos como Tomás Antônio Gonzaga foi apresentado e quais os textos de sua autoria selecionados pelos autores dos livros didáticos.

Em LD1, os autores apresentam Tomás Antônio Gonzaga, com uma pequena biografia, data de nascimento e morte e demonstram duas produções suas: uma poesia lírica, no caso *Marília de Dirceu*, colocando-o como um eu-lírico pastor que se apaixona por Marília. Aponta a divisão dessa poesia lírica em duas partes e apresenta um trecho da Lira XXI; e a poesia satírica, destacando a obra *Cartas Chilenas* que foi um poema satírico que percorreu Vila Rica antes da Inconfidência, em forma manuscrita e anônima, sem a transcrição de trechos da obra. Nos exercícios, os autores do livro didático questionam somente sobre *Marília de Dirceu*, perguntando quem é o autor e como ele foi identificado, qual era o seu pseudônimo, devendo copiar três palavras relacionadas ao bucolismo que fica evidente na obra.

Em LD2, apresenta-se uma biografia do autor, destaca-se a obra *Marília de Dirceu* e suas divisões, demonstra a Lira XXXIV e LXXXI. Quanto à obra *Cartas Chilenas*, esta aparece somente em um quadro cronológico, sem explicação e sem a apresentação de trechos originais do texto. Os exercícios são basicamente vinculados às liras apresentadas, perguntando em quantas partes a obra é dividida, o que o autor quis dizer na Lira LXXXI quando grafou a palavra amor com letra maiúscula. E que as liras apresentam as convenções neoclássicas como: o pastoralismo, o bucolismo e a personificação alegórica do amor.

Por fim, em LD3, verificamos que a biografia se faz presente juntamente, com a obra *Marília de Dirceu*, um trecho da lira I. Quanto à obra *Cartas Chilenas*, há a menção, mas nenhuma transcrição, apenas um comentário explicativo. Os exercícios basicamente são de alternativas em que o aluno deve fazer a relação do autor com sua obra.

Ao comparar os três materiais, notamos que Tomás Antônio Gonzaga é apresentado de forma bastante superficial, mencionando-se rapidamente dados sobre sua vida, suas atividades sociais. Quanto à apresentação de suas obras, podemos perceber que todos os livros analisados apresentam basicamente uma obra como importante, que no caso é *Marília de Dirceu*, mencionando *Cartas Chilenas* de forma bastante abreviada e não mencionando em hipótese alguma a obra *Tratado de Direito Natural*, um tratado escrito por Gonzaga quando tinha 24 anos de idade.

### **Considerações**

O que se pode observar é que todos os livros didáticos fazem uma seleção de textos semelhante, sem muitos acréscimos. Logo o que um estabeleceu como correto, quase todos os outros acabam fazendo. Esse é o nosso questionamento, ou seja, o de que a leitura literária precisa de um aprendizado para poder ser entendida, conhecendo suas convenções e estudando as convenções básicas, desde os gêneros até as suas características. A leitura é feita pela cultura que lê textos segundo critérios culturais de ler bem. Segundo Hansen (2005: 13), “nosso interesse pela leitura literária é, talvez, um índice do nosso desejo de descobrir como atuam em nós as formas de dominação do corpo escrito pela lei de outro, uma vez que é justamente esse o tema nuclear da ficção que vale a pena ler.”

Isso nos indica que a divisão do trabalho intelectual implica divisão das condições de trabalho, de questões teóricas, dos instrumentos, dos materiais, desenvolvendo a fragmentação dos conhecimentos. Verificamos um período de despolitização global da cultura e da desierarquização do valor estético pela sociedade capitalista, pelo capital que consideram os produtos da indústria cultural como literário.

Nosso argumento, então, é o de conscientizar o professor da necessidade da apresentação de outras obras aos seus alunos, expondo mais dados sobre a vida dos autores, não se prendendo somente ao livro didático, pois o professor

precisa repensar a sua prática de aula e estabelecer o estudo da canonização é um meio de iniciar essa nova prática.

Em síntese, podemos perceber que os professores de Língua Portuguesa, especialmente os do Ensino Médio, não apresentam outros textos para seus alunos, restringindo-se somente aos apresentados pelo livro didático, quando não, somente aos que são referendados nos manuais para candidatos ao vestibular.

## REFERÊNCIAS

BOSI, Alfredo. *História Concisa da Literatura Brasileira*. 32. ed. São Paulo: Cultrix, 1995.

CANDIDO, Antonio. *Formação da Literatura Brasileira*. 2 vols. Belo Horizonte: Itatiaia, 1975.

CARVALHO, Ronald de. *Pequena História da Literatura Brasileira*. Rio de Janeiro:Briguet, 1919.

CASTELLO, José Aderaldo. *Textos que interessam à história do Romantismo*. São Paulo: Comissão Estadual de Literatura, 1960.

CÉSAR, Guilhermino. *Historiadores e críticos do Romantismo: a contribuição européia*. São Paulo: EDUSP, 1978.

CORRÊA, Almir Aquino. *O romantismo e a nacionalidade da literatura brasileira*. Campinas, 16:43-51, 1996.

\_\_\_\_\_. *Para uma história de Conceito da Literatura Nacional*. UEL.

\_\_\_\_\_. *Historiografia, cânone e autoridade*. Anais do VII Seminário do CELLIP. Umuarama, p. 323-328, 1995.

\_\_\_\_\_. *Política e literatura nacional*. Anais do VIII Seminário do CELLIP. Umuarama, p. 329-333, 1995.

COUTINHO, Afrânio. (Org.) *A Literatura no Brasil*. 2. ed. 6 vols. Rio de Janeiro: Sul Americana, 1968-71.

COUTINHO, Eduardo F. *Literatura comparada, literaturas nacionais e o questionamento do cânone*. Revista Brasileira de Literatura Comparada 3 (1996): 67-73.

EVANGELISTA, Aracy Alves Martins, BRANDÃO, Heliana Maria Brina, MACHADO, Maria Zélia Versiani. (orgs.) *Escolarização da leitura literária*. 2.ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

FARACO, Carlos Emílio e MOURA, Francisco M. *Língua e Literatura*. Editora Ática, 1998.

FERREIRA, Mauro e et all. *Português – Novas Palavras, Literatura, Gramática, Redação*. Editora FTD, 2000.

HELENA, Lúcia. *A construção da Literatura Comparada na História da Literatura*. Revista Brasileira de Literatura Comparada. 2 (1995):39-46.

\_\_\_\_\_. *Tomás Antônio Gonzaga*. Rio de Janeiro: Agir, 1985.

KLEIMAN, Ângela. *Os significados do letramento: uma nova perspectiva sobre a prática social da escrita*. Coleção Letramento, Educação e Sociedade. Campinas, SP: Mercado de Letras, 1995.

LIMA, Luiz Costa. *Literatura e Nação: Esboço de uma releitura*. *Revista Brasileira de Literatura Comparada*. 3 (1996): 33-39.

ROMERO, Sílvio. *História da Literatura Brasileira*. 7. ed. Rio de Janeiro: José Olympio; Brasília:INL, 1980.

SILVA, Victor Manuel de. *Teoria da literatura*. 3. ed. Coimbra, Almedina, 1973, p.446-453.

SOARES, Magda. *Letramento e alfabetização: as muitas facetas*. Trabalho apresentado no GT Alfabetização, Leitura e escrita, durante a 26ª Reunião Anual da ANPEd, realizada em Poços de Caldas , MG, de 5 a 8 de outubro de 2003.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Literatura Brasileira e seus Fundamentos Econômicos*. São Paulo: Civilização Brasileira, 1969.

TERRA, Ernani e NICOLA, José de. *Gramática, Literatura e Redação para o Ensino Médio*. Editora Scipione, 1997.

VENTURA, R. História e crítica em Sílvio Romero. In: *Compêndio da história da literatura brasileira*. Ed. Rio de Janeiro/ Aracaju: Imago/Ed. Da Univ. federal de Sergipe, 2001.

VERÍSSIMO, José. *História da Literatura Brasileira*. Brasília: UnB, 1963.

Site:

Acesso em:

<http://recantodasletras.uol.com.br/ensaios/380085>.

Acesso em: 18/04/2008.